



ATA 100

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e treze na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, as quatorze horas, reuniram-se na Sala de reuniões com a Presidente do CONEDE-SC, Sra. Andréia R. A. Panchiniak (FCEE), o Secretário Executivo do CONEDE, Sr. Alexandre Belino, com a participação dos Conselheiros Titulares e Suplentes presentes: Daiana Vieira da Silva (SST), Isabel Cristina Hammes (SST), Mônica Alberti Nocera Lipski (SST), Rosana Campigotto (SSP), Tânia Maria Fiorini (SED), Pedro Paulo Baltazar (SIE), Kelly Cristiny Cabral (SEA), Luciana Duarte (ASGF), Cristiana Erthal (ASGF), Fernanda Reis Augusto da Silva (ASGF), Maria Nilza Eckel (FEAPAES), Denise Aparecida Michelute Gerardi (APABB), Amanda Pacheco Beck (APABB), José Augusto Meier Gochinski (FECEDDEF), Patricia dos Santos Bonfante (FECEDDEF), Leonardo Apolinário Inácio (ASCC), Jairo da Silva (ACIC), Carlos Roberto Sestrem (FECADDESC), Irena Gaulinski Duarte (Ostomizados), Sergio Luiz Celestino da Silva (COMDE-Joinville), Sara Marques Bringel (FCEE). Com ausências justificadas: Luis Antonio Caon (SST), Rita de Cássia Kleber (SED), Graciela Krakecker (ASGF), Fabiano Jussaro de Jesus (FEAPAES), Jean Carlos Reinert (FECEDDEF), João Carlos de Liz (FECEDDEF), Jair Suavi (ADVIR). Depois da apresentação dos conselheiros presentes, a presidente Andreia, pediu a aprovação da pauta. Conselheira Kelly quer fazer uma sugestão na pauta: quero incluir a lei de quantidade de vagas para deficientes específico em estagio no Governo do Estado de Santa Catarina. Jairo pede na inclusão de pauta, sobre a eleição no Conselho Municipal de Florianópolis. Andreia diz: Vamos deixar a pauta que o conselheiro Jairo havia solicitado hoje de manhã após a discussão sobre a visão monocular e depois entra o programa de estágio. Aprovada a pauta. A presidente pergunta quem tem tema para assuntos gerais, José Meier, Nilza, Sergio Celestino, Andreia, Patricia e Luciana se inscrevem para esses assuntos no final da pauta. Aprovação da ata 99: todos tiveram oportunidade de ler a ata, a presidente pergunta se a ata está aprovada, e o conselheiro Leonardo Apolinário, se manifesta pedindo uma retificação numa fala dele sobre a Fundação que não foi contemplada, que irá enviar ao CONEDE para que a Ata possa ser aprovada na próxima reunião. Discussão sobre a visão monocular: solicitação do conselheiro Jairo e Leonardo Apolinário. Jairo relata que está acontecendo no nosso País, as Pessoas que não são consideradas com deficiência em nosso parecer, elas estão sendo contempladas em vários Estados com benefícios com a limitação de perda de uma visão que pela sumula não são consideradas pessoas com deficiência, e em Florianópolis, São José e outros municípios e estados do Brasil, estão ingressando em concurso público na vaga de Pessoas com Deficiência, dentre outros benefícios às Pessoas com Deficiência, e nós temos argumentos suficientes para provar que a visão monocular não pode ser considerada uma deficiência. O conselheiro Leonardo Apolinário, fala que na verdade a gente ta falando de um decreto estadual que define as pessoas com deficiência e fere a Lei federal, que define exatamente uma pessoa com deficiência e deixa claro como é considerada uma pessoa com deficiência visual, com os laudos de baixa visão ou totalmente sem visão. E com visão monocular a pessoa não enxerga com um olho, mas com o outro olho, pode enxergar menos ou poderá enxergar cem por cento. E a pessoa com deficiência visual, precisa de algum meio para ajudar a ter a sua autonomia e sua independência, sendo que a pessoa com visão monocular não precisa utilizar de algum equipamento no trabalho ou na sua locomoção. As empresas, muito convenientes que elas solicitem para as entidades pessoas com visão monocular, pois não precisam fazer nenhuma adaptação. Então porque essas pessoas com visão monocular são consideradas como pessoas com deficiência. A Presidente agradece a

explicação dos conselheiros e o Leonardo diz que só para concluir, a gente gostaria que o CONEDE entrasse conosco nessa luta fazendo seu parecer ou ofício para que junto com a Federação dos Cegos e a ACIC para outros Órgãos de instancias maiores como o STJ, para que a gente possa tirar o que foi falado de funcionamento. Presidente fala: Por ordem a Kelly esta inscrita, e pedimos que todos sejam sintéticos em suas falas, pois o tema é bem polêmico e queremos ouvir todos que estão inscritos. A conselheira Kelly em relação às pessoas com visão monocular registra que é contra no que diz respeito a concurso publico, pela experiência que tivemos com duas avaliações de concurso público no CONEDE, principalmente para Defensoria Publica, dos quarenta candidatos, oitenta por cento era com visão monocular e a gente vê como tem essa abrangência e muitos que a gente perguntava se precisava alguma adaptação no trabalho ou alguma dificuldade, eles falavam que não tinham nenhuma. E que alguns chegavam a dizer que descobriram que tinham visão monocular há pouco tempo. Eu sou contra, porque acho injusto, é desleal com as pessoas com deficiência que precisam de adaptações. No entanto, não podemos fazer nenhum impedimento jurídico hoje, pois temos uma sumula do STJ que dá o direito da pessoa com visão monocular ocupar uma vaga da pessoa com deficiência em concurso público. Eu entendo que o CONEDE pode fazer uma resolução e encaminhar para os órgãos federais, o próprio STJ e esses órgãos que fazem as Leis, isso em longo prazo, pois em curto prazo não temos uma alteração maior, pois como compreensão ideológica que existem nas deficiências várias especificidades de cada uma delas, por isso a importância do conselho se manifestar e tentar mudar essa sumula. Maria Nilza diz: só gostaria de complementar o que a Kelly falou no sentido que no próprio concurso da defensoria os candidatos com visão monocular já diziam que se não aceitos, iriam entrar com recurso, pois existe a sumula que garante a eles esse direito. Concordo com os encaminhamentos nos órgãos federais, mas propor na alteração do decreto estadual, não é curto prazo, mas em médio prazo a gente pode fazer, para estar resolvendo isso sim, porque nesse momento está sendo respaldado além da sumula, aqui no estado pela legislação estadual. Então tem que criar um mecanismo de alteração deste decreto estadual. Patrícia fala que o decreto impede que a comissão de avaliação de concurso publico tome decisão contraria, mas a sumula não, concordo com o encaminhamento que seja alterado esse decreto, eu só quero perguntar para Leonardo e para o Jairo, se existe um movimento organizado de nível nacional de encaminhamento desses documentos também para o STJ e para o CONADE no sentido que haja uma garantia legal para que estas questões não sigam acontecendo, para que não seja considerada uma pessoa com deficiência quem tenha a visão monocular, que isso seja posto e não mais questionado, tem que ver como esta isso em nível nacional. Maria Nilza interfere pedindo a fala, dizendo que ela percebeu durante a Conferência Nacional em Brasília, foi que tinha movimentos, um na defesa da visão monocular e outro grupo que era contrario, mas eu não sei como eles estão organizados, a gente recebia a todo o momento na Conferência nas plenárias esse tipo de indagação ou de solicitação de entendimento. Patricia fala que se existe, por exemplo, algum tipo de encaminhamento de conselhos de outros Estados enviem documentos, também para dar peso a essa ação, pois só o conselho de Santa Catarina para não ficar sozinho. Leonardo Apolinario fala que nos já estamos juntando junto com outros Estados, a Organização Nacional dos Cegos já tem um documento e só porque na Conferência, só para falar essa questão da moção tanto à contra quanto a favor, as duas foram aprovadas, a Andreia falou que é contraditório. Sergio Celestino disse que na camara de vereadores de Joinville esta rolando desde 2008 um projeto de Lei considerando a visão monocular como deficiência e falou que o CONEDE deveria se manifestar para que o COMDE do município se posicione para ter mais argumentos para que os Vereadores possam não aprovar essa Lei municipal. Leonardo Apolinario fala que em Florianópolis a visão monocular também é considerada como deficiência. Sestrem se manifesta falando que em Minas Gerais eles ganharam, a mesma bobagem que Santa Catarina fez aqui, lá em Minas eles também tinham feito e agora já estão ganhando para retirar o decreto, o Governador se perguntar para ele que é b1 é cego, b2 5 por cento e b3 é 20 por cento ele não sabe, que o cego 50 por cento, o Ministério da aposentadoria é 20 por cento, mas na Lei não marca porcentagem, qualquer um com 70 por cento pode ter deficiência, se olhar na Lei a bobagem que o Governador fez, não marca porcentagem. Andreia diz que o diagnostico vai dizer se ele é ou não cego. Sestrem diz que tem

que ter 50 por cento, que adianta um cara com 70 por cento ser deficiente, então as empresas vão aposentar todo mundo, entendeu. Tem que se interar nisso ai, a Lei catarinense que foi aprovada, ta bem vaga a nossa Lei. Isabel fala que isso na pratica, ela trabalha no SINE, as pessoas vem procurar emprego, essa semana veio uma pessoa com visão monocular querendo ocupar uma vaga para pessoa com deficiência, aproveitando da cota, mas assume que não tem nenhum impedimento por ter visão monocular. Sestrem diz que o CONEDE poderia entrar com um mandato de segurança da Lei, porque hoje não tem porcentagem na Lei e nada que tem porcentagem é valido, então para eu ser considerado um cego, eu tenho que ter a porcentagem b1, b2 e b3 e essa lei que foi feita, não tem porcentagem. Se nos entrarmos com mandato de segurança na Promotoria Publica, o Governador tem que dar explicação da onde que ele tirou. Maria Nilza pergunta de qual legislação que Sestrem está falando, ele responde dessa daí do decreto, porque é o seguinte, a nossa deficiência que está aprovada em nível internacional, existe Lei, decreto, e a nacional é baseada na internacional e essa ai que estão aprovando com 50 por cento, não há porcentagem, eles aprovaram a deficiência mas não colocaram a porcentagem. Maria Nilza fala que no decreto de acessibilidade que é a base para reserva de cotas de vagas para pessoas com deficiência, que é base para fiscalização nas empresas e pelos auditores fiscais entra o grau visual sim. Sestrem diz que esse decreto que o Leonardo Apolinario está se referindo só marca a doença e não o grau visual. Andreia pede para fazer os encaminhamentos, que é fazer um documento e mandar para os órgãos correlatos e competentes, esse documento, esse oficio essa manifestação e eu preciso que algumas pessoas subsidiem esse documento para o CONEDE mandar, vai ser a comissão de legislação, o Jairo e o Leonardo Apolinario ou quem se dispõe a participar da elaboração desse documento. Jairo diz que a ACIC já tem um documento e pode ser baseado no que o CONEDE irá elaborar juntamente com a Comissão de Legislação e diz que a ACIC e a Federação Catarinense dos Cegos somos parceiros nesta causa e queremos fazer um dossiê bem elaborado que a comissão de legislação juntamente ira elaborar. Kelly colabora dizendo que é o Decreto 5296 que traz as especificidades das deficiências, inclusive a visual. Sestrem critica dizendo que tem que ser 20 por cento e não 30 por cento como estão no decreto. Leonardo diz que o decreto estadual esta com 30 por cento e o nacional 20 por cento, Sestrem diz que o federal é 20 por cento é a nacional e internacional, a Espanha usa, todos os países usam. O decreto é de 2004. Andreia diz que tem muitos temas para discutir e a gente precisa dar os encaminhamentos e seguir a pauta. Deliberado então, por unanimidade que o CONEDE é contra essa legislação de considerar a visão monocular como deficiência e irá elaborar na comissão de legislação uma resolução, juntamente com a ACIC para encaminhar para os órgãos competentes. Patrícia solicita que este documento do CONEDE seja enviado para todos os conselhos municipais do Estado. Andreia dá sequencia com o próximo assunto em pauta: Conselhos Municipais, referente à eleição do Conselho Municipal de Florianópolis. Leonardo fala que o conselho municipal de Florianópolis deveria ter realizado eleições em dezembro do ano passado e que aconteceu, não aconteceu na verdade, e o Jairo começou a receber emails do conselho municipal e ele pegou e indagou quem é que estava mandando, ai então foi respondido que era uma profissional que era uma presidente em exercício, podemos dizer assim, e ai o Jairo questionou se isso era legal e também com fotos de políticas publicas, eles discutiram e disseram que essa eleição tem que acontecer e começaram a olhar que essa eleição não deveria ter acontecido em dezembro de 2012 e sim em maio do ano passado, ai foi feito em ata, foi decidido que eles só iriam fazer em dezembro, e agora estamos trazendo esse caso para o CONEDE, para estar verificando, porque é um conselho que trabalhou no ano passado, fizeram deliberações. Jairo relata que acredita que o CONEDE como encaminhamento para que seja solicitado um relatório com todos os encaminhamentos e deliberações do Conselho Municipal de maio de 2012 ate a presente data. Andreia pergunta se a eleição já esta prevista, e o mesmo responde que sim que os fóruns já estão acontecendo e tudo mais. Kelly questiona se não era uma comissão interina do processo eleitoral, não estou querendo justificar, mas mudou o prefeito, de repente, pode ter cargo comissionado no conselho e ficou sem ninguém, depois teve eleição, não sei o que pode ter ocorrido, mas poderia procurar informações para saber quem estaria respondendo por este conselho. Andreia diz que o CONEDE pode mandar um oficio solicitando informações de como está o processo de eleição e se já tem a nova mesa diretora, para mostrar que

a gente é solidário as questões e estamos disponíveis para apoiá-los, pois a princípio o CONEDE não pode interferir, mas pode questionar e ajudar nesta questão. Patrícia questiona se o processo eleitoral está regular ou se existe algum problema neste processo eleitoral que está aberto. O Jairo diz que está tudo regular. Patrícia diz então que o problema estaria neste período de maio do ano passado até abril deste ano de 2013, que permaneceu a direção cujo mandato estaria vencido. Deliberado então, este encaminhamento para o Conselho Municipal de Florianópolis. Presidente fala que a Conselheira Kelly pediu alteração da pauta, incluindo Programas de estágios no âmbito estadual. Kelly diz que na verdade, a Secretaria de Estado da Administração é que gerencia o programa Novos Valores do Governo do Estado, que é uma parceria com o Governo Federal, que trata da inserção de Pessoas tanto estudando no nível médio como estudando no nível superior para fazerem estágio dentro do Poder Público Estadual. E isto é um programa do Governo Federal com parceria do Governo do Estado, no entanto, casualmente nessa semana uma pessoa da FCEE, que estuda comigo, me procurou para ter um contato com o coordenador da SEA deste programa, eu fui junto com ela e ali participei da reunião e me surpreendeu que o coordenador do programa disse que tem vaga específica para pessoas com deficiência, inclusive por uma Lei Estadual 15.221 de julho de 2010, que estabelece que, não só nesse programa de Novos Valores, mas em todos com vaga de estágios do Poder Executivo Estadual com reserva de dez por cento das vagas para Pessoas com Deficiência. Se você entrar no portal do servidor do Governo do Estado, tem o Programa Novos Valores e toda legislação está lá e só para vocês entenderem, esse programa tem um decreto estadual que todos os anos se regulamenta, e a bolsa com quatro horas de trabalho é de quinhentos reais para estagiários cursando nível superior, quatrocentos e trinta para nível profissionalizante e trezentos e oitenta para nível médio. E aí que a gente foi buscar essa informação, é que na verdade, essas vagas não são respeitadas, não só pela falta de interesse das escolas regulares em seguir os seus alunos para procurarem essas vagas, como também, pelo relato da coordenadora do programa, de que na seleção dos candidatos, os Órgãos não escolhem os deficientes, pela falta de adaptação dos espaços. Assim como a pessoa da FCEE iria fazer uma sensibilização junto às escolas, para os alunos se cadastrarem, eu sugeri, enquanto Conselho, que eu iria trazer na plenária de hoje, e que a gente enquanto Conselho fizesse um caminho: primeiro seria, um ofício ao Secretário da Administração para pedir planilha de vagas do Plano em todo Estado, para que a gente pudesse cobrar para garantir essas vagas aos deficientes, tanto é que a Lei estabelece que acima de cinco vagas, já pode estar inserindo as Pessoas com Deficiência. Então tem várias vagas, tanto é que na Fundação tem duas vagas e ela nem sabia, então, precisamos fazer isso como encaminhamento, como diz o pessoal da Fundação, é difícil integrar essas pessoas no mercado de trabalho, então seria o primeiro caminho e seria fundamental isso. E na comissão do trabalho, a gente viu que é necessário fazer uma capacitação ou uma sensibilização dos responsáveis desse programa juntamente com as Secretarias, para que eles possam trazer esses jovens deficientes e dar condições também para que sejam inseridos no mercado de trabalho, teria que ter uma adaptação e que tipo de deficiência cada Órgão poderia absorver adequando a deficiência do jovem neste programa. Precisamos tirar um encaminhamento, pois é algo muito importante. Maria Nilza relata que, em consideração a isso também, eu tenho uma outra proposição que seria a alteração dessa legislação que elas contemplam só as pessoas que estão cursando nível médio e nível superior. A gente tem um número considerável de pessoas com deficiência, especialmente na deficiência intelectual que não conseguiram acessar ainda o nível médio e o nível superior e aí inviabiliza essa possibilidade dessas pessoas estarem participando desse programa de estágio. E a gente sabe que eles poderiam estar realizando várias funções e que não esteja atrelado com a escolaridade. Então uma proposição de modificação na Legislação, assim como existe no contrato de aprendizagem e em outras legislações específicas do trabalho. A conselheira Tânia relata que na Secretaria de Educação recebem formulário para receber estagiários e existe um item para indicar se aceita ou não pessoas com deficiência, é optativo. Mas a Lei é específica e fala da cota para as Pessoas com deficiência. Conselheira Isabel fala que as Secretarias não estão prontas para receberem as pessoas com deficiência para trabalharem, concursadas com deficiência já é complicado e o RH das Secretarias teriam que escolher em aceitar o deficiente do programa de estágio, mas o RH daquela Secretaria que tem que aceitar. O

Conselheiro Leonardo Apolinario fala que no Seminário de Tecnologias Assistivas a FECEC junto com a ACIC deliberaram que uma das nossas contrapartidas é fazer um encontro de gestores públicos e Secretários para estar fazendo uma conversa sobre mercado de trabalho, sobre essa sensibilização, uma ideia que quero dar aqui no Conselho, é que depois o conselho possa continuar fazendo essa ponte, enfim, esse Seminário está pretendendo trabalhar com bastante força no mercado de trabalho. Conselheira Irena, pede que no manual de acessibilidade do MPSC seja contemplado os Ostimizados. Kelly relata que o manual foi feito pelo Ministério Público e não pelo CONEDE e seria necessário ver na Legislação onde possa ser contemplado e pode fazer um ofício pedindo ao MPSC que olhe este pedido. Foi deliberado por unanimidade então, que seja feito um Ofício pedindo informações referente ao programa de estágios em Santa Catarina pela Secretaria de Estado da Administração. Nilza pede deliberação para fazer alteração no decreto 781 de Novos Valores que contempla a escolaridade no programa de estágios. Paulo Baltazar, diz que é obrigatório fazer um contrato com a Instituição do ensino, precisa contemplar a escolaridade do Jovem que estará fazendo o estágio. Deliberado, então pedir alteração no decreto 781, complementando para que a escolaridade da Pessoa com deficiência não seja impeditivo de participar no programa de estágio no Estado de Santa Catarina. Encaminhamento das comissões: Andreia relata que foram feitas as aglutinações de algumas comissões, mas vários conselheiros foram contra, por não ter deliberado em plenária. No entanto, relata que esta inviável ter oito comissões, um conselheiro ficar em três comissões e o tempo é muito pouco e fica confuso. Kelly se manifesta dizendo que é necessário ter espaços físicos para a reunião das comissões, se tiver três comissões reunidas, devera ter três espaços, fazer um calendário com local e data das comissões e avisar antecipadamente aos Conselheiros. Outro ponto é que tem ausência de conselheiros em comissões e tem gente de mais em varias comissões, participar em três comissões fica complicado. É fundamental que todos os conselheiros participem de comissões. E aglutinar comissões é bem complexo, pois cada uma tem suas demandas e não pode aglutinar, por exemplo, de legislação com o trabalho, pois cada uma tem suas áreas a serem trabalhadas. Andreia diz que tem conselheiros sobrecarregados enquanto outras pessoas não estão participando das comissões. Cada conselheiro, tanto os titulares quanto os suplentes devem participar das comissões. O sucesso do CONEDE, a boa gestão do CONEDE não é um mérito da Andreia ou da mesa diretora, é um mérito de todos nos que estamos participando dessa gestão. A gestão é composta por todos os conselheiros. E eu acho muito importante o que a Kelly falou que é importante a participação de todos e penso que cada conselheiro deveria participar em duas comissões no Máximo, uma para cada período. A conselheira Patricia, disse que é claro que o sucesso ou fracasso do conselho, não é mérito de uma ou duas pessoas, mas a direção do conselho tem a sua razão de existir e de ser, e eu acho que esse é um exemplo, uma das razões que é a organização, desses nossos encontros, porque nós não estamos aqui e é a direção que está, eu acho que esses problemas que estão havendo nas reuniões de comissão é falta de organização do que de outra coisa, porque, nós poderíamos dividir as reuniões por horários, poderíamos ter feito isso ontem a tarde, mas perdemos uma hora só esperando para ver o que iríamos fazer, a questão de espaço, acho que organizando melhor, tem condições sim, de fazermos as comissões separadas, no meu ponto de vista seria o ideal, porque nós, também passamos a tarde toda aqui fazendo os apontamentos e de cada assunto que cada comissão iria tratar, eu acho que quem tá participando de cada comissão sabe o quanto trabalho tem, assim separado, e se as comissões se juntarem a gente vai acabar perdendo sim. Então se nós nos comprometermos de cada conselheiro participarmos de uma comissão, eu já to pedindo para sair da comissão da acessibilidade, se a gente se organizar legal, dá para fazer um bom trabalho. E um questionamento que quero fazer, são os resultados de cada comissão para fazerem aqui na reunião. Andreia relata que isso será falado na reunião, mas só para organizar melhor as comissões deu esse espaço para articular melhor esse trabalho. Relata também que em consideração aos espaços, se sentiu surpresa, achando que poderia ter espaço para as comissões, tentou organizar ontem, mas enfim, não foi possível, mas as quatro horas a sala estava livre e não foi dado continuidade com as comissões. Estou justificando porque acho necessário, a conselheira Patricia diz que não está pedindo justificativa. Andreia relata que daqui pra frente vai tentar acertar e pedindo que os conselheiros nos alertem para necessidade de melhoria. Kelly diz

que a gente ate conversou se for necessário por conta do local, é necessário que garanta a reunião. Jairo diz que para facilitar o trabalho das comissões, coloca a ACIC com sua estrutura para fazer reuniões de comissões naquele espaço mais uma vez. Andreia e Nilza agradecem a gentileza do Jairo ceder o espaço da ACIC. Sergio relata que no COMDE Joinville reduziram o numero de comissões e que diz que ele esta em três comissões no CONEDE e fica complicado participar. Alexandre vai passar comissão por comissão para saber quem vai entrar e quem vai declinar de cada comissão. Capacitação: Nilza sai desta comissão. Educação fica aglutinada com esporte, cultura e lazer e a Tânia entra na Educação. Trabalho: saiu Adriano e Dra Jane. Assistência: Leonardo informa que esta comissão seja modificada para Direitos Humanos, sendo aprovado pelos Conselheiros e a Daiana declina. Acessibilidade: Patricia declina. Rosana diz que não pode participar de nenhuma comissão devido ao seu trabalho na delegacia da mulher. Vai pedir para a Suplente da SSP se ela pode participar de alguma comissão. Esporte, Cultura e Lazer ficam junto com a Educação. Saúde tinha somente dois membros, o Adriano que está saindo do CONEDE e a Dra Jane, também. Na Saúde ficou a Maria Nilza (FEAPAES) e Daiana (SST). Andreia informa que não está inscrita em nenhuma comissão, mas ira participar de todas elas. Na comissão de Legislação Tania (SED) se inscreve. Leonardo fala que com relação as comissões veja que é um pouco trabalhoso para estipular um horário para acabar a comissão, porque quando começa acaba tendo coisas para fazer e não são rápidas, pede para que seja em período integral. Andreia diz que com a estrutura que temos hoje, não consegue fazer o tempo integral, e Leonardo diz que precisa um período todo. Andreia pede para o repasse das comissões. Kelly pede esclarecimento de comissões de direitos humanos como que é feito o trabalho pelas denúncias do disque cem, pois acha que é uma ação executiva feita por técnicos, e pede esclarecimentos. Andreia fala que participou por um tempo desta comissão e ficou assustada por essas inúmeras denúncias que tem com relação a violência de pessoas com deficiência. Essas demandas são mandadas para diversos órgãos alem do CONEDE para acompanhar essas demandas, e precisa ser acompanhado isso que foi mandado. Cristiana fala que vem do Disque denúncias, um ofício, encaminhado a Presidente do CONEDE, e eles colocam que a as denúncias com cada município, com um código, e ali tem um breve relato da denuncia e o papel do CONEDE vai ser de monitorar e fiscalizar as Entidades dos encaminhamentos. Sara diz que o disque cem vai disparar as denúncias, e quando chega ao CREAS e o encaminhamento foi atendido, a responsabilidade do disque cem, termina ai, sendo que a importância do CONEDE de acompanhar. Kelly diz que é uma ação executiva, tanto que o monitoramento sendo emergencial, não tem como o CONEDE fazer isso, haja vista que é uma ação executiva. De repente, o CONEDE pode pegar um relatório mensal das violações, enfim, outras maneiras para fazer essa ação, mas não ser o Órgão de monitoramento. No momento que se compromete com aquela demanda, tem que acompanhar todo o percurso daquela denuncia, por uma questão de ética. E com essa comissão uma vez por mês se reunindo não tem condições de ligar para todas as denúncias e Órgãos para ver o que foi feito. E o conselho ta tomando para si, uma ação executiva, e o conselho não executa. Leonardo fala que a comissão entendeu que podem fazer, estamos vendo todas as denúncias, procurar verificar para onde foi encaminhado, enfim, a gente ta organizando essas demandas. A gente vai verificar se essas pessoas que foram encaminhadas para os Órgãos, enviar um ofício para os mesmos, para ver se eles deram um retorno para o disque cem. E se não foram tomadas as providencias, daí o papel do Conselho é encaminhar para o MPSC, mas o que não da para gente pensar, que vai acompanhar caso a caso, porque somos Conselho de Direito. E se nós não acompanharmos essas denúncias daí eu já sou contra, pois temos que acompanha-las. Kelly concorda em fazer um levantamento dessas denúncias. Andreia fala para fazermos um mapeamento. Sara diz que na reunião de comissão de direitos humanos, foi discutido para criar um instrumento para acompanhar essas denúncias, para facilitar o levantamento de dados. Kelly diz que a pessoa que seria o executor dessas demandas, deve acompanhar caso a caso das denúncias. Cristiana fala que o ofício que vem do disque denuncia solicita que o CONEDE faça o acompanhamento, monitoramento e repasse para este Órgão o desdobramento desses encaminhamentos. Como se a gente fosse o mediador. Sergio fala que encaminha as denúncias para os conselhos municipais de direito das pessoas com deficiência, para que os mesmos possam nos dar um retorno. Nilza diz que nos municípios que tem o conselho

é fácil, o problema é nos municípios que não tem. Kelly relata que não podemos pegar essa responsabilidade que não é nossa, de monitoramento dessas denúncias, pois não cabe ao conselho ser um Órgão executor das ações e sim fiscalizador. Patrícia diz que a ideia colocada é que deveria ter alguém do Governo do Estado, responsável pelos encaminhamentos e acompanhamento dessas denúncias de maus tratos contra pessoa com deficiência e que o CONEDE encaminhe ao Governo do Estado alguém que fique responsável por isso, e que mensalmente encaminhe um relatório para o Conselho e também para o disque cem. Leonardo diz que tem uma questão, por exemplo, encaminhamos ofício para o CREAS para ver o que foi feito, referente a denúncia, o mesmo protocolado tudo certinho, nos envia a resposta e a gente encaminha para o disque cem. E aí entra o conselho fiscalizando. Kelly diz que quem vai fazer esse procedimento é a pessoa que tiver acompanhando essas denúncias e se acaso ninguém fez nada, daí sim o CONEDE pode se manifestar e enviar adiante essas denúncias que não foram resolvidas com a inoperância daquele Órgão que não atuou agora o conselho fazer o monitoramento completo, eu sou contra, o conselho não tem condições de fazer isso. Sara diz que o disque cem é para pessoas com deficiência, idosos, mulheres, índios, ou seja, para todos os grupos vulneráveis. Andreia diz que é um tema profundo e que hoje a gente não vai conseguir discutir tudo e que a comissão se reunindo converse melhor, juntamente com as Assistentes Sociais que temos aqui para poder dar melhores encaminhamentos. Patrícia diz que para não perdermos o que foi falado até agora, é que a ideia, é que o Governo do Estado institua alguém responsável para acompanhamento e monitoramento destas denúncias do programa disque cem e essa pessoa vai fazer o retorno para o conselho e aí o conselho pode fazer um comparativo com esse centro de acompanhamento estadual com as denúncias que vem do disque cem federal. Andreia pede que coloque em votação a proposta, Patrícia fala que mesmo tendo uma central de atendimento destas denúncias, não vai impedir que a comissão de direitos humanos do conselho faça a fiscalização destas denúncias, não é um impeditivo, é um acompanhamento a mais. Denise fala que na verdade não executar o monitoramento, mas fiscalizar como tá se dando esse monitoramento. Deliberado então, que o CONEDE faça um documento, solicitando para o Governo Estadual, que assuma através da criação de um Órgão, acompanhamento das denúncias de maus tratos contra pessoas com deficiência, a centralização do disque cem. Sestrem disse que já existe esse Órgão na Secretaria de Segurança, existe uma central lá dentro, por segmento e temos que conversar com o Secretário para monitorar essas denúncias. Cristiana diz que no ofício que vem do disque cem, no final solicita que sejam enviadas informações sistemáticas dos encaminhamentos e desdobramento. Sara diz que considerando o que a Cristiana leu no ofício, mais do que enviar um documento para o Governo do Estado, é enviar uma cópia deste ofício do disque cem e esclarecer bem a função do CONEDE. Deliberado então, que o ofício seja encaminhado para Secretaria Nacional de Direitos Humanos, relatando que esta atribuição de monitoramento e acompanhamento não é função do CONEDE. Maria Nilza relata que cada comissão deveria tirar um representante que coordene, para que o mesmo possa falar em nome da comissão na reunião ordinária. Na comissão de esporte, cultura e lazer, Sergio Celestino fala que encaminharam de fazer um ofício para a FESPORTE com o levantamento das Federações no Estado com os critérios para receber recursos, fizemos uma reunião com João Cascaes a respeito da realização do PARAJASC, para fazermos uma comissão para estarmos visitando os locais de acessibilidade dos jogos, nas cidades de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, vai trazer o levantamento desses locais para o CONEDE para a comissão possa visitar estes municípios, ficou dele encaminhar o caderno de acessibilidade, ficou encaminhado para participar nos dias 06 e 07 de maio do Fórum do Esporte em Florianópolis. Sestrem, José Augusto, Amanda e Fernanda se inscrevem para participarem neste Fórum, sendo aprovado em Assembleia e para ir no oeste acompanhar a acessibilidade nos municípios para o PARAJASC, se inscrevem: José Augusto, Sestrem, Sergio Celestino para fazerem a vistoria, sendo aprovado pela Assembleia. Andreia disse que solicitaram uma vaga no Conselho do Desporto, para o CONEDE indicar o ex Conselheiro Marcos Tomaz de Luzerna, sendo aprovado em Assembleia. O ofício será encaminhado para ALESC. Nilza fala que o João Cascaes disse foi criada a duas semanas, uma Associação Estadual de Pessoas com Deficiência Intelectual. Sergio diz que a FECADESC é a única federação de esporte de pessoas com deficiência totalmente regularizada com sua

documentação no Estado. Kelly fala que a comissão de trabalho tem que acompanhar o concurso público, com acompanhamento do candidato no estágio probatório, será feito um ofício encaminhando aos Secretários de Estado, informações acerca dos servidores que estão em estágio probatório que entraram na vaga da pessoa com deficiência, para que a comissão possa acompanhar estes candidatos. Depois será feito um questionário para os funcionários e para os chefes imediatos destas pessoas com deficiência. Precisa de um interprete para todas as atividades do Conselho, não só na reunião ordinária, mas em tudo que o CONEDE fizer, inclusive na Lei de avaliação do Concurso público, não prevê um interprete. Foi deliberado um ofício para o Presidente do Conselho Estadual do Trabalho, para que viesse participar da próxima reunião de comissão, para tratar no que envolve os recursos do FAT no que diz respeito ao trabalho da pessoa com deficiência. E também um ofício para o Secretario da Administração sobre o programa do Estado de Novos Valores. E também pedindo para identificar quais Instituições fazem a inserção no mercado de trabalho, enviando também para os Conselhos Municipais e para a FEAPAES. Nilza diz que ainda a respeito das avaliações de concurso publico, foi discutido junto ao COJUR e com a Presidente do CONEDE, que primeiro tem que mudar a Lei do CONEDE. Kelly fala que concorda que não é função do Conselho fazer essas avaliações de concurso público para as vagas da Pessoa com Deficiência, e temos que fazer essas alterações, para que o CONEDE não fique mais uma vez com uma atribuição executiva, que não é o seu papel. Nilza diz que na avaliação, tem gente que veio de Chapecó para ser avaliado, o Sergio acha isso um absurdo. Kelly diz que no concurso da Defensoria Pública veio gente até de outro Estado. Na comissão de capacitação, Patrícia relata que na primeira reunião pensou na realização de uma capacitação para os Conselheiros do CONEDE e para os Conselhos Municipais, Entidades de Pessoas com Deficiência, ate para fomentar a criação de conselhos, e ai, nos estamos criando um projeto para realização dessas capacitações, e pensamos nessa ultima reunião de ontem, uma capacitação com todos os Conselheiros Estaduais, com nós próprios, ate porque precisamos estar capacitados para poder capacitar as outras Pessoas. E ai o Pe Caon, trouxe um projeto do CEDCA de capacitação, só que este projeto é um valor que ultrapassa o valor para fazer sem licitação e nos pensamos com a estrutura da ACIC, encaminhamos, pedindo diretamente pela comissão, uma solicitação para ACIC, pedindo um orçamento, no caso, de nos fazermos a nossa capacitação na ACIC, que ai contemplaria a hospedagem, alimentação, e nos também temos a ideia de trazer palestrantes, a Maria Aparecida Gugel, que viria sem custos, pelo CONADE, isso reduziria bastante o custo da capacitação, o suficiente para não ultrapassar o limite, para não haver licitação. Agora estamos aguardando o retorno, para que possamos fazer essa capacitação. Nilza diz que o Pe Caon, passou aqui pelo CONEDE, justificando sua ausência, nos disse que era para encaminhar o mais rápido possível, este documento, que ele já agilizaria a execução desta capacitação. Patrícia fala que é um tipo de ação que não precisa esperar para próxima reunião, já pode se tomar as iniciativas assim que recebermos as respostas. Sergio trouxe a programação do evento estadual sobre o fortalecimento dos conselhos de direitos na cidade de Joinville e leu para todos, a programação do evento, com diversas oficinas sobre as Pessoas com Deficiência. Nilza solicita que Sergio encaminhe por email a programação. Andreia parabeniza o Conselheiro Sergio pela iniciativa. Sergio disse que este evento é para todos os conselhos municipais e também para o CONEDE, assim que tiver tudo pronto, ira encaminhar os convites. Andreia diz que quer agradecer pelas ações dos conselheiros serem muito positiva, e importante saber que as comissões estão caminhando a passos largos, e é muito enriquecedor, a gente aprende muito, nas reuniões, essa troca de experiência, nesse clima de colaboração e aprendizado. Participação do CONEDE na comissão do Premio de Responsabilidade Social da ALESC, Andreia diz que já recebemos o convite e a Pessoa da ALESC nos ligou pedindo a participação do Conselho nesta comissão. Pedindo a indicação de uma pessoa do CONEDE, para participar da comissão, então precisamos de um titular e um suplente para participar desta comissão. No ano passado quem participou coordenando o projeto foi o CONEDE na Pessoa do Laercio, a gente assumiu em junho e depois em outubro e a gente o manteve, porque estava fazendo um trabalho importante, interessante. A primeira reunião é dia quinze de abril às catorze horas. Nilza sugere a Kelly a participar desta comissão. Kelly fala que chamou atenção nos últimos anos, quais as empresas que tinham

ganhado o premio, procurei saber das empresas e nenhuma delas tinham ações voltadas para a área da Pessoa com Deficiência. O CONEDE nesta comissão pode cobrar das empresas projetos na área da Pessoa com Deficiência. E fazer com que os Gestores públicos sejam premiados, para aqueles que incluem as Pessoas com Deficiência adequadamente nos seus espaços. Além de que, inclua nos seus espaços a acessibilidade plena. E o Conselho deveria fazer uma resolução para que inclua Prefeituras e Órgãos Públicos para participarem deste Premio e façam com que a acessibilidade esteja presente, senão, não vejo porque o Conselho participar de uma comissão dessas. Isabel diz que ano passado o CONEDE ganhou uma placa como homenagem por ter participado, esta placa se encontra no Conselho. Kelly diz também, que Pessoas que atuam na área da Pessoa com Deficiência, também deveriam receber um premio deste tipo, por exemplo, Adilson Ventura, nunca recebeu um premio deste porte, por ter atuando tanto nesta área. Muito mais que responsabilidade social, ele teve responsabilidade humana. Andreia com os conselheiros deliberam que Kelly Cristiny Cabral (SEA) e Leonardo Apolinário Inácio (ASCC) ficam de representantes nesta comissão da ALESC, a primeira como Titular e o segundo como Suplente. Andreia fala agora sobre o Repasse das deliberações. Conforme a Patricia solicitou, iremos enviar por email, as deliberações, encaminhar todos os ofícios que a gente manda, para os Conselheiros acompanharem, isto é importante mesmo. Foi encaminhado o ofício para inclusão do CONEDE no Plano Viver Sem Limite, para todas aquelas instancias que haviam sido solicitadas, infelizmente nenhuma delas, nos respondeu ainda, só com exceção da ALESC. Isabel diz que não entendeu a posição da Comissão da ALESC, pois disse que o COJUR teria dado retorno que iria incluir o CONEDE, e depois o Jurídico deu retorno dizendo que não estava, então ficou bem confuso. Andreia diz que para nossa surpresa, no dia vinte e sete de março, saiu no DOE, veio a indicação de dois nomes do CONEDE, o meu e do Adriano, da comissão intersetorial do Plano. E na ocasião, a Patricia, mandou email perguntando se a gente sabia, e a gente não sabia, porque se soubéssemos, não teria o nome do Adriano, pois ele estava saindo, enfim, não seriam dois governamentais, então é isso que eu trouxe hoje para gente estar discutindo. A solicitação que outros nomes fossem indicados, mas a questão que nos envolve é os dois nomes. E a sugestão que eu trago, é alguém da Sociedade Civil compor essa comissão, inclusive, eu Andreia, não gostaria de compor essa comissão, tendo em vista, que eu já tenho muitas atribuições, e gostaria que outro Conselheiro Governamental, poderia estar fazendo parte desta comissão. Patricia relata que, antes de pensar em indicar nomes, eu quero fazer um questionamento, porque o Plano, até onde a gente sabe, quando houve deliberação no Conselho, que o CONEDE participasse do Comitê Gestor e o Conselho não foi composto neste Comitê, e quero questionar qual a função dessa comissão, pois também existe o comitê gestor, no qual ficou definido que o Conselho não faria parte. Isabel falou que numa reunião antes da assinatura do Plano, foi falado que as pessoas que participaram da construção do plano iriam participar da comissão intersetorial, os técnicos, que já estavam fazendo parte do Plano e que tinham o trabalho realizado até aquele momento. Para mostrar para o Governo Federal que já tinha algo sendo feito. Patricia diz, formalizar o que já aconteceu, é isso. Isabel diz, que foi o que ela entendeu, a Secretaria, eu não entendi o que era aquilo, tava confuso demais, porque tinha duas comissões, a comissão de comitê gestor e daí resolveram regulamentar a situação que já tinha feito algo pelo Plano com os técnicos e daí quem construiu também não estava, e foi uma confusão. No meu entendimento no inicio era favorável a participação do CONEDE e daí quando chegou no Secretário, ficou desfavorável, e daí pelo que entendi quando a ALESC entrou em contato com a Secretaria ainda era favorável. Nilza diz que veio representar a Andreia e o CONEDE numa reunião que estavam todos os técnicos juntos com o Secretario Adjunto, deixou bem claro que o Secretário não ia atender essa solicitação do CONEDE não iria participar no Grupo Gestor do Plano. Andreia pede deliberação e os Conselheiros aprovam a solicitação por meio de ofício a retirada do CONEDE na comissão intersetorial do Plano Viver Sem Limite e com pedido de relatórios para o CONEDE de todas as áreas trimestrais das realizações do Plano em nosso Estado. Patricia informa de uma resolução das Federações do Estado de Pessoas com deficiência e organizações estão elaborando para ALESC e CONADE sobre a participação do CONEDE no Plano Viver Sem Limite. Assuntos Gerais. Andreia mostra o convite da AFLODEF que nos convida pela passagem dos vinte e oito anos da Instituição com

entrega de dez cadeiras de rodas que será realizado no dia quinze de abril no centro de Florianópolis. Nilza fala sobre a avaliação da audiência pública na ALESC e diz que foi muito boa, com ótima participação e foram encaminhados o Programa Pedagógico, Projeto de Leis e demais projetos voltados a Pessoa com Deficiência, Kelly diz que devemos pedir a Comissão da ALESC o cronograma das reuniões desta comissão para o CONEDE poder participar. Monica justifica a ausência do Pe Caon. Jose Augusto solicita informações acerca do inquérito administrativo do CONEDE na SST, pede para comissão de legislação consultar o CONADE sobre a troca da mesa diretora no CONEDE com cinquenta por cento dos membros. Andreia fala que já solicitou uma consulta para Dra. Adriana da COJUR, sobre a substituição de um membro da mesa diretora. Kelly relata que a eleição na mesa diretora é da pessoa e não da instituição, cargos da mesa diretora não podem ser da Instituição. Pede que seja feita uma solicitação de consulta ao CONADE. Luciana faz uma reclamação sobre a Lei de bilíngues e surdos 10.436 e sobre a reunião sobre a Central de Interpretes de Libras, solicita que o convite se estenda também para a Associação de Surdos da Grande Florianópolis. Nilza fala que foi feita uma reunião no CONEDE com a ASGF, onde a Presidente Sandra Amorim participou e que vai ser agendada uma próxima reunião e será estendido o convite. Kelly fala que o regimento interno do conselho não relata sobre a destituição do conselheiro da chapa e que cinquenta por cento da chapa foi modificado. Patrícia comunica que vai participar da REATECH e que estará falando com as pessoas do CONADE, sobre a última eleição do conselho nacional e fala também que o Fórum dos conselhos não vão se reunir, e que foi criada uma ONG “Essas Mulheres” e que embora não tenhamos uma comissão de gênero em nosso conselho, estará fortalecendo através da ONG. Sobre a audiência pública ocorrida na ALESC, deputados que não entendem a causa, a ausência do MPSC, devemos pedir um parecer para Dra. Caroline Suzin. Patricia relata que a audiência pública não houve resultado prático. Nilza e Andreia discordam, falando que a revisão da lei (resolução 112 do CEE), e encaminhamentos ao MPSC, foram alguns dos encaminhamentos da audiência, que foi muito exitosa. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Alexandre Belino, secretário *ad hoc* que lavrasse a presente ata que será enviada aos conselheiros e será assinada pelos presentes. Florianópolis, 11 de abril de 2013.

“CONEDE – PLANTANDO AS SEMENTES DA IGUALDADE”